

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia, P.O. Box: 3243 Tel.: (251-11) 5513 822 Fax: (251-11) 5519 321
Email: situationroom@africa-union.org, situationroom@ausitroom-psd.org

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA
DA UNIÃO SOBRE A ANÁLISE E RESOLUÇÃO
DE CONFLITOS EM ÁFRICA**

**TRIPOLI, GRANDE JAMAHIRIYA ÁRABE LÍBIA
POPULAR E SOCIALISTA
31 DE AGOSTO DE 2009**

SP/ASSEMBLY/PS//Decl. (I)

**DECLARAÇÃO DE TRIPOLI SOBRE A ELIMINAÇÃO
DE CONFLITOS EM ÁFRICA E PROMOÇÃO DE UMA PAZ SUSTENTÁVEL**

**DECLARAÇÃO DE TRIPOLI SOBRE A ELIMINAÇÃO DE CONFLITOS
EM ÁFRICA E PROMOÇÃO DE UMA PAZ SUSTENTÁVEL**

1. Nós, Chefes de Estado e de Governo da União Africana (UA), reunidos em Tripoli, Grande Jamahiriya Árabe Líbia Popular e Socialista, em 31 de Agosto de 2009, por ocasião da Sessão Especial sobre a Análise e Resolução de Conflitos em África, conforme acordado na Decisão Assembly/AU/Dec.252 (XIII), avaliamos a situação de paz e segurança no nosso continente e as medidas que devemos tomar para acelerar a realização do nosso objectivo comum de uma África livre de conflitos.
2. A decisão de organizar esta Sessão Extraordinária reflecte a nossa crescente preocupação relativamente à persistência de situações de conflitos e crises no continente, apesar dos muitos esforços empreendidos até o momento para os resolver. Ela também testemunha a nossa renovada determinação de dar um novo impulso à implementação de decisões da UA sobre esta matéria e de promover a paz, segurança e estabilidade duradoura no continente, porque sem este cenário a nossa visão de integração política e económica e desenvolvimento de África não poderá ser materializada.
3. Esta reunião acontece numa altura em que estão a ser feitos esforços significativos para pôr fim aos conflitos e promover a paz e a segurança no continente. Passa muito tempo desde que lançamos a UA em Durban, em Julho de 2002, e inauguramos o Conselho de Paz e Segurança (CPS), em Adis Abeba, em Maio de 2004. Hoje, temos o quadro institucional e normativo necessário para combater o flagelo de conflitos, e a UA demonstrou um renovado dinamismo no tratamento de questões de paz e segurança no continente.
4. Notamos que a operacionalização da Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA), conforme articulado no Protocolo Relativo ao Estabelecimento do Conselho de Paz e Segurança, está a decorrer da melhor forma, como mostra o funcionamento eficaz do CPS, o lançamento do Painel de Sábios e o estabelecimento de componentes cruciais da Força Africana em Estado de Alerta (ASF) e o Sistema Continental de Alerta Prévia (CEWS).
5. Notamos também que, em conformidade com o espírito e carta do Acto Constitutivo da UA, adoptamos durante estes anos vários instrumentos sobre os direitos humanos, governação, democracia, desarmamento, terrorismo e boa vizinhança, que representa um quadro consolidado de normas e princípios, cuja observância reduzirá consideravelmente o risco de conflitos e violência no continente e consolidará a paz, onde ela tiver sido alcançada.
6. Finalmente, foram dados passos significativos na resolução de conflitos em África, como testemunham as notáveis realizações nos países como Burundi, Comores, República Democrática do Congo, Libéria e Sudão (Sul do Sudão), bem como os avanços registados na busca da paz em vários outros países e regiões. Estes desenvolvimentos trouxeram esperança e maiores perspectivas de desenvolvimento e renovação, que precisam agora de serem reforçadas através de esforços sustentáveis na edificação da paz e reconstrução pós-conflito.

7. Embora estejamos orgulhosos por estas conquistas, continuamos, todavia, profundamente preocupados pela contínua prevalência de conflitos, insegurança e instabilidade em grandes partes do continente, com as consequências humanitárias e impacto socioeconómico à eles associados. Na verdade, os conflitos armados em África matam milhares de pessoas todos os anos; provocam desastres humanitários, destroem meios de subsistência e riqueza que pessoas comuns acumularam com trabalho árduo durante uma vida inteira; e torna impossível o desenvolvimento económico sustentável. Existe ainda uma perda mais profunda: a destruição da esperança por um futuro melhor.

8. Além disso, notamos com preocupação o ressurgimento de mudanças inconstitucionais de Governo, que constituiu um sério revês ao processo de democratização, bem como a tendência emergente de violência e conflitos relacionados com eleições; as ameaças colocadas pelo terrorismo, tráfico de drogas, crime organizado transnacional, pirataria e exploração ilícita de recursos naturais para alimentar conflitos; e a persistência de disputas e conflitos fronteiriços. Reiteramos o nosso compromisso, em conformidade com a decisão adoptada em Sirte, em Julho de 2009, de eliminar as fontes de financiamento do terrorismo, particularmente as resultantes do pagamento de resgate no caso de tomada de reféns. De igual preocupação são as implicações das mudanças climáticas e as suas resultantes consequências (insegurança alimentar, escassez de recursos hídricos, danos à infra-estrutura e cidades costeiras, reduzida colheita agrícola e migração ambientalmente motivada) para a busca da paz e aos esforços que estão a ser feitos neste sentido.

9. Neste contexto, estamos determinados a acabar de uma vez por todas com o flagelo de conflitos e violência no nosso continente, reconhecendo as nossas deficiências e erros, engajando os nossos recursos e os nossos melhores quadros, e aproveitar todas as oportunidades para avançar a agenda de sobre prevenção de conflitos, instauração da paz, manutenção da paz e reconstrução pós-conflito. Como líderes, nós simplesmente não podemos legar o fardo dos conflitos para a nova geração de Africanos.

10. Para este fim, comprometemo-nos a acelerar a total operacionalização da APSA, incluindo uma maior melhoria das disposições existentes, onde for necessário, para facilitar a sua implementação. Neste contexto, concordamos em aumentar as nossas contribuições financeiras e técnicas, em apoio à APSA. Solicitamos o Presidente da Comissão a tomar todas as medidas necessárias para reforçar a capacidade da Comissão para melhor abordar os desafios de paz, a segurança e estabilidade no continente, através do recrutamento acelerado de pessoal adicional necessário, tendo em conta que são necessários recursos adicionais.

11. Comprometemo-nos a redobrar os esforços para combater as causas dos conflitos de uma forma holística e sistemática, através da implementação de instrumentos existentes nas áreas de direitos humanos, estado de direito, democracia, eleições, boa governação, desarmamento, controlo e não proliferação de armas, e boa vizinhança. Isto requer que todos os Estados Membros que ainda não o fizeram assinem e/ou ratifiquem rapidamente estes instrumentos e a Comissão deve monitorar activamente a sua implementação. Solicitamos a Comissão no sentido de tomar todas as medidas necessárias para sensibilizar os países membros concernentes, e fazer uma avaliação pormenorizada e sistemática do estado de

implementação destes instrumentos, e apresentar à Conferência propostas concretas sobre como melhorar o cumprimento.

12. Reiteramos particularmente a nossa total rejeição às mudanças inconstitucionais de governo e comprometemo-nos a melhorar, tanto a prevenção como a resposta à este fenómeno. Nesta sentido, reiteramos a necessidade de os Estados Membros promoverem a boa governação, ater-se ao estado de direito e respeitar as suas próprias Constituições, especialmente quando se tratar de introduzir reformas, tendo em conta que não fazê-lo pode provocar situações de tensão que, por sua vez, pode precipitar crise a política. Igualmente, tomaremos todas as medidas necessárias, incluindo a condenação e imposição de sanções contra qualquer país Africano que estimular, apoiar ou acolher grupos armados, com o objectivo de destabilizar o outro. Comprometemo-nos a observar os princípios de soberania, integridade territorial e o não uso da força, directa ou indirectamente, na condução das nossas relações externas.

13. Reiteramos a nossa determinação de assegurar que a África se mova sempre primeiro e de uma forma atempada, no combate ao flagelo de conflitos no nosso continente. Reiteramos ainda o compromisso de exercer a máxima moderação, de recorrer sistematicamente à meios pacíficos para resolver todas as disputas e ser sensível à mediação e outras diligências diplomáticas preventivas.

14. Estamos decididos a assegurar que estejam disponíveis tropas e observadores suficientes para destacamento rápido onde e quando forem necessários.

15. Guiados pela nossa determinação de transformar o panorama geopolítico de África para o benefício dos seus povos, através da promoção do desenvolvimento e integração do continente, devemos tomar uma série de medidas concretas e eficazes para acelerar a implementação de soluções já acordadas para a resolução de vários conflitos, e a promoção de soluções justas e equitativas para situações em que as partes em questão ainda não chegaram a acordo, bem como para a reconstrução pós-conflito, com vista a proporcionar dividendos da paz aos povos concernentes.

16. Reiteramos o nosso total apoio a todos os esforços em curso no continente e exortamos todas as partes concernentes a fazer todos os possíveis para acabar com os conflitos em que estão envolvidos, trazer esperança para os seus povos e construir uma paz sustentável. Em conformidade com as disposições pertinentes do Acto Constitutivo e o Regulamento Interno da Conferência, bem como o Protocolo do CPS, comprometemo-nos, ai onde as partes em conflito obstinadamente recusem cumprir com as suas obrigações e cooperar para a promoção da paz, impor sanções e garantir a sua implementação escrupulosa em todo o continente, solicitando o apoio dos nossos parceiros na comunidade internacional, incluindo Conselho de Segurança da ONU.

17. Comprometemo-nos, no quadro da Política da UA sobre Reconstrução Pós-conflito e Desenvolvimento (PCRD), a mostrar a necessária solidariedade para com os países Africanos que saem de conflitos, para ajuda-los a consolidar a paz tão duramente conseguida, e evitar a reincidência de violência.

18. Realçamos a necessidade de todos os Estados Membros estenderem a sua total cooperação e apoio ao CPS, tendo em conta que, na execução da sua tarefa à luz do Protocolo, o CPS age em nome de todos os membros da UA. Da mesma forma, comprometemo-nos a aumentar substancialmente a nossa contribuição ao Fundo da Paz, para que a África tenha a verdadeira propriedade dos esforços em curso para a promoção da paz, segurança e estabilidade no continente. Neste sentido, solicitamos a Comissão a dar os passos preparatórios necessários para aumentar a transferência legal do orçamento regular da UA para o Fundo da Paz, de 6 para 12%. Encorajamos ainda todos os Estados Membros, que podem, a fazer contribuições voluntárias ao Fundo da Paz. Solicitamos a Comissão a apresentar à Conferência, em Junho de 2010, um relatório geral sobre como melhor mobilizar recursos a partir do continente para apoiar os nossos esforços de paz.

19. Conquistar e manter a paz e segurança sustentáveis é também um desafio intelectual. Comprometemo-nos, portanto, a reforçar a capacidade das nossas universidades e institutos de investigação para explorar a natureza dos conflitos Africanos, investigar quais os sucessos e insucessos nos esforços de resolução de conflitos e chegar à soluções Africanas, extraindo da nossa própria e única experiência distinta.

20. Para atingir o nosso objectivo de um continente Africano que não está apenas em paz consigo próprio, mas também em paz com o resto do mundo, devemos continuar a reforçar as nossas relações com os nossos principais parceiros. Valorizamos o apoio prestado pelos nossos parceiros bilaterais e multilaterais nas Américas, Ásia, Europa e Médio Oriente, e apelamo-los a continuar a trabalhar estreitamente connosco para a realização dos nossos objectivos, no entendimento de que a paz e segurança são indivisíveis

21. Ao mesmo tempo, reiteramos a nossa determinação para assegurar que essas parcerias estejam completamente assentes na liderança Africana, porque sem liderança, não haverá propriedade e sustentabilidade; porque compreendemos os problemas muito melhor do que aqueles que vêm de longe; porque conhecemos que soluções irão funcionar, e como podemos lá chegar; e, sobretudo, porque esses problemas são nossos e viveremos com as suas consequências.

22. Apelamos a sociedade civil Africana a continuar a desempenhar o seu papel de promoção da paz, segurança e estabilidade como parceiros do Governo, enquanto procuramos garantir que a UA, conforme instada no seu Acto Constitutivo, respeite o princípio de participação dos povos Africanos nas Actividades da União.

23. Declaramos o ano de 2010 como o *Ano da Paz e Segurança no Continente*. Nesta conformidade, solicitamos o Presidente da Comissão para preparar um programa detalhado que identifique os passos concretos que podem ser dados no sentido da promoção da paz, segurança e estabilidade no continente, e apresentá-lo na próxima Sessão Ordinária da Conferência da União.

24. Adoptamos solenemente a Declaração de Tripoli, e prometemos o nosso total engajamento para a sua implementação integral, com vista a abrir um novo capítulo nas nossas acções colectivas em prol da paz, segurança, estabilidade e prosperidade partilhada em toda a África e o resto do Mundo.

African Union Commission (AUC)

PAPS Digital Repository

<https://papsrepository.africa-union.org/>

PSC Outcomes

Reports and Declarations

2010-11-30

Progress Report on the 250th Meeting of the Peace and Security Council of the African Union Held on 30 November 2010, Tripoli, Libya.

Peace and Security Council

African Union Commission

<https://papsrepository.africa-union.org/handle/123456789/1095>

Downloaded from PAPS Digital Repository, Department of Political Affairs, Peace and Security (PAPS)